

Lessa garante que investir é a solução

Beto Rôche

José Coury Neto

O País pode conviver com uma inflação mensal entre 24 a 25%, mas precisa urgentemente encontrar uma fórmula para aumentar os investimentos e voltar a crescer, mesmo dentro de uma conjuntura inflacionária. A opinião é do economista e professor Carlos Lessa, diretor da área do Finsocial do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que em entrevista ao Jornal de Brasília defendeu a recuperação dos preços e tarifas públicas como passo fundamental para o retorno aos investimentos, mesmo que isso contribua para o crescimento da inflação.

Para Lessa, a questão que está colocada "drasticamente" no caso brasileiro é que a manutenção de altas taxas de inflação, combinada com a crise fiscal que se deriva da necessidade de adquirir megassuperávit do balanço de pagamentos para fazer o serviço da dívida externa, reduz a capacidade do setor público como um todo de sustentar a taxa de crescimento da economia. "Na história do País, todas as vezes que a economia conseguiu manter elevada sua taxa de crescimento, a inflação se estabilizou ou mesmo declinou. Porém, todas as vezes que a taxa de crescimento se debilitou, o processo inflacionário se tornou mais agudo", observou.

Reajustes constantes

No processo de retomada dos investimentos, o economista acha fundamental a recuperação dos preços e tarifas públicas, o que exige reajustes constantes, principalmente no que diz respeito ao setor energético. Destacou que sem esta recuperação a Petrobrás, por exemplo, não teria como investir para ampliar a produção petrolífera e manter o País em crescimento. O mesmo ocorre com o setor elétrico, que precisa garantir uma ampliação constante do sistema de geração e transmissão de energia elétrica, além da reposição dos desgastes das linhas.

No processo de combate à inflação, Carlos Lessa elogiou a reformulação do Orçamento Geral da União (OGU) a partir de 1989, quando o Governo tentará reduzir o déficit público para 2% do Produto Interno Bruto (PIB) e compensar o aumento das transferências para Estados e Municípios, a partir da chamada Operação Desmonte. Disse, entretanto, que a organização das finanças públicas vai muito além da construção das propostas orçamentárias. "É uma questão também de organização dos agentes financeiros públicos e do padrão de rolagem da dívida pública interna", acrescentou.

Pacto

Quanto ao pacto antiinflação que deverá ser assinado esta semana entre representantes de setores empresariais e sindicais, não servirá para reduzir imediatamente o processo inflacionário instalado no País. Isso porque torna-se difícil obter um consenso, já que os empresários não abrem mão de obter preços competitivos; os trabalhadores querem a correção salarial de acordo com a inflação e o Governo não admite reajustar os preços e tarifas abaixo do "necessário".

Certamente é muito difícil estabelecer consenso em torno de uma variedade grande de interesses. Por isso eu não tenho esperanças de que, a curto prazo, o pacto gere as soluções necessárias. Agora, acho correta a política do Governo de recuperar as tarifas e preços públicos. Não se pode canibalizar o setor público produtivo estatal, fazendo com que ele funcione como elemento de subsídio a todos os setores compradores de seus serviços e produtos — ressaltou Lessa.

Na opinião do diretor do BNDES o processo inflacionário no Brasil também está muito ligado a expectativas, formadas a partir de uma onda constante de boatos que vêm tomando conta do País. "É como colocar lenha na fogueira. Acho extremamente inquietante essa moda que se criou no Brasil de, nas quintas e sextas-feiras, aparece-



Carlos Lessa, diretor do BNDES, é contra os subsídios que produzem o canibalismo público

rem boatos alarmistas, voltados exclusivamente para o ganho na especulação dentro do mercado financeiro", acusou.

Finsocial

Abordado sobre a sua área de atuação no BNDES, Carlos Lessa reconheceu que o banco poderá não ter recursos para aplicar em projetos sociais no próximo ano, pois a Constituinte transferiu para a Previdência todos os recursos do Finsocial, que anteriormente eram alocados para a instituição. Dessa forma, após a promulgação da nova Constituição, no dia 5 próximo, os 5% do orçamento do Finsocial que eram administrados pelo BNDES (Cz\$ 20 bilhões em valores de junho) passarão a integrar a receita

do chamado Orçamento de Seguridade.

Disse que, mesmo com a decisão da Constituinte, o banco tentará manter o "S" de sua sigla. A esperança do diretor é que o Congresso, ao regular a decisão constitucional, modifique nas disposições transitórias o artigo 59 da nova Carta, permitindo o remanejamento de recursos para o BNDES, a fim de dar prosseguimento, principalmente, aos programas de merenda escolar e controle epidemiológico do País.

Segundo Lessa, para o próximo ano seriam necessários recursos complementares da ordem de 10 milhões de OTNs (cerca de Cz\$ 20 bilhões) para o desenvolvimento de

projetos sociais. Afirmou que os recursos ordinários do BNDES (empréstimos externos, dotações orçamentárias, PIS/PASEP e outros) não são suficientes para cobrir as necessidades de investimento na área social. Mas para manter o "S" de sua sigla o banco poderia sugerir que uma pequena fração de sua receita operacional seja alocada para projetos sociais.

Pelos dados do BNDES, o Finsocial responde por cerca de 400 projetos em execução no valor aproximado de 40 milhões de OTNs, que serão preservados pela nova diretoria do banco, mas que não existe qualquer garantia em relação aos pedidos que diariamente chegam à instituição.